

# (IN)DEFININDO O ESPAÇO DA INFÂNCIA

Cláudio Rezende Ribeiro<sup>1</sup>  
Renata L. B. Flores<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como ponto de partida uma abordagem disciplinar dialógica entre o campo da Educação e o do Urbanismo tomando como ponto de referência a relação existente entre o mundo adulto e a infância. A partir de uma abordagem crítica da construção do conceito de infância, delimita-se uma interseção teórica de como este mundo negará também a criança a partir da produção de seu espaço e, mais especificamente, do espaço produzido nas cidades brasileiras contemporâneas. Questiona-se, como situação limite, os discursos proferidos em favor do toque de recolher para “menores” que se disseminam em diversas cidades do país pensando na relação deste movimento com a criança, a quem se segue imputando hegemonicamente uma condição heterônoma e tendendo, inclusive, para sua criminalização.

**Palavras-chave:** infância, alteridade e urbanismo.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é construído como uma crítica, de perspectiva teórica, das relações contemporâneas entre adultos e crianças abordadas sob um viés de diálogo disciplinar. É importante esclarecer que ao se utilizar o termo “diálogo disciplinar” não se está tentando criar uma nova terminologia para multi, inter ou transdisciplinaridade; apenas está se constatando que o esforço de tentar fazer dialogar duas disciplinas, pois é disso que se trata, não é tarefa simples, mas se coloca como um passo, dentro da prática teórica, na direção de se construir, de fato, diálogos mais amplos entre as áreas das ciências sociais, e por que não, das ciências como um todo, que poderiam conduzir às desejadas e muitas vezes indefinidas “multi/inter/transdisciplinaridades”.

Não se trata de um artigo epistemológico em sua essência, mas de uma crítica da reprodução social contemporânea brasileira que, por sua vez, carrega uma segunda, a partir da relação entre sua forma e seu conteúdo que imprime uma tentativa de se consolidar outras maneiras de se lidar com as relações disciplinares de nossa ciência ainda tão parcelar, como nos lembra Lefebvre.

---

<sup>1</sup> Doutor em Urbanismo PROURB/FAU/UFRJ. Professor Adjunto do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação ProPed/UERJ. Coordenadora de Ensino Fundamental I da Escola Oga Mitá – Rio de Janeiro.

As duas disciplinas que tentam dialogar neste texto são a educação e o urbanismo (ou o planejamento urbano, mas deixaremos esta querela particular a quem lhe cabe, fora deste diálogo). O artigo questiona o senso comum a respeito do que é a infância e sua relação com o adulto ao mesmo tempo que demonstra como, a partir de políticas urbanas autoritárias, reforça-se um modelo de relação que cada vez mais nega o necessário encontro com a diferença, considerada neste artigo não como a panacéia da pós-modernidade “multi-tudo” consensual, mas sim como a condição de sociabilidade, e de espacialidade, fundamental para o exercício do dissenso, da disputa, da política, enfim.

### **SOBRE A CRIANÇA (OU SOBRE O ADULTO?)**

Ao longo do tempo, muito tem sido vivido e dito acerca da criança e da infância. Não parece ser novidade que Philippe Ariès<sup>3</sup> é praticamente o precursor dos estudos e reflexões acerca deste tema, que tem em sua presença tardia nas ciências sociais uma das provas de sua posição periférica e, por isso mesmo, possuidora de um caráter de inovação intenso para diversas áreas do pensamento humano. Com sua obra, “*História social da criança e da família*”, de 1961, o autor aponta importante pesquisa através da qual marca questões bastante relevantes da relação da criança com seu entorno social (e vice-versa), como a percepção de sua inserção na Idade Média. Deixando claro que nesta época o conceito *infância* era inexistente, ressalta aquilo que em pinturas, por exemplo, pode ser observado sem maiores esforços: crianças vestiam-se como adultos, viviam experiências conjuntamente com eles; eram, enfim, como adultos pequenos, como homúnculos. Nesta lógica, não se admite especificidades deste grupo; estabeleceu-se relações indiferenciadas entre as pessoas maiores e as menores.

É apenas no século XVIII, com o surgimento da família burguesa, que o conceito de *infância* se estrutura. E, junto com ele, o surgimento da escola se dá:

Daí uma série de novidades. No século XVIII, Erasmo de Roterdã recomendou que as vestes das crianças fossem diferentes das dos adultos; no século XIX, as crianças foram especialmente protegidas da crueldade... A noção de educação passou a ser tema importante, as escolas organizaram-se e, por fim, notou-se que as crianças não deveriam estar sob as mesmas influências dos adultos. Nem todas as discussões seriam apropriadas à infância. Nem todos os temas seriam

---

<sup>3</sup> Teórico francês, que viveu entre 1914 e 1984, tendo escrito vários livros com a temática da vida cotidiana, a infância e sua relação com a família.

adequados às crianças. Nascia a diferença de obrigações, costumes, jogos e roupas entre crianças e adultos. (NOGUEIRA FILHO, 2009, P.07-8)

Depois de três séculos de convivência, estrutura-se pela primeira vez uma percepção de particularidades entre os mundos destes diferentes grupos, em especial, particularidades das crianças. É de se notar que a divisão social do trabalho se acelera também com a hegemonia da dominação burguesa assim como a funcionalidade espacial passará a caminhar conjuntamente com todas estas perspectivas parcelares.

É certo que, se observarmos bem, veremos que essa diferenciação traz consigo todo um caráter valorativo. Seu surgimento junto com a estruturação da família burguesa, conforme já apontado, cunha de pronto uma intenção protetora do mundo adulto em relação ao infantil. Seu aparecimento relacionado à invenção da escola aponta para a crescente percepção da responsabilização dos adultos em relação às crianças, neste ponto também em relação à moralidade e ao conhecimento formalizado.

O conceito de *infância* nasce, assim, subentendendo uma série de aspectos que precisam ser destacados para que se tornem mais visíveis e, conseqüentemente, melhor compreendidos. Se por um lado abre-se possibilidades para uma inserção mais ‘especial’ das crianças dentro de seu grupo social, por outro define-se claramente por qual viés essa ‘especialidade’ se dará. Não é radicalismo afirmar que o viés é o da inferioridade!<sup>4</sup>

Por mais que quase sempre a intenção pareça bastante positiva – porque zelosa, protetora –, a superioridade do mundo adulto em relação ao infantil é frequentemente marcada e isso pode não ser assim tão positivo.

Se dermos uma breve revisada na abordagem da infância por parte de diferentes áreas do conhecimento poderemos reiterar tal afirmação, além de agregar novos elementos a esta reflexão. Sarmiento (2008) é o primeiro que trago para contribuir nesta discussão com a perspectiva sociológica:

[...]com efeito, as crianças, durante séculos, foram representadas prioritariamente como ‘homúnculos’, seres humanos miniaturizados que só valia a pena estudar e cuidar pela sua incompletude e

---

<sup>4</sup> Vale destacar que esta idéia de infância está condicionada à divisão das classes sociais no que diz respeito à sua prática. A burguesia soube, e sabe, usar como ninguém desta inferiorização das crianças ao pagar salários menores por jornadas de trabalho bastante adultas. Contraditoriamente, este ideal de uma infância protegida e inferior acabou por conduzir a própria burguesia à produção de completos relatórios sobre as condições do trabalho infantil que serviram, inclusive, para a crítica desta postura exploradora da classe proprietária por Engels, em seu *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*.

imperfeição. Estes seres sociais ‘em trânsito’ para a vida adulta foram, deste modo, analisados prioritariamente como objeto do cuidado dos adultos [...] Esta imagem dominante da infância remete as crianças para um estatuto pré-social: as crianças são “invisíveis” porque não são consideradas como seres sociais de pleno direito. (SARMENTO, 2008, p. 19)

Para além da intenção do cuidado, percebe-se que se atrela ao conceito de infância a noção de invisibilidade na ação social. Aos poucos se desvela o contraponto desse olhar zeloso...

Essa noção de invisibilidade social, aliás, ganha contorno ainda mais procedente com a contribuição de Kohan (2008) que estrutura um artigo pensando sobre o termo infância em sua origem epistemológica. Trazendo a fala de Castello e Márcico (2006) esclarece que “[...]podemos entender que *infans* não remete especificamente à criança pequena que não adquiriu ainda a capacidade de falar, mas se refere aos que, por sua minoridade, não estão ainda habilitados para testemunhar nos tribunais: *infans* é assim ‘o que não pode se valer de sua palavra para dar testemunho’”.<sup>5</sup>

E este autor segue sua análise elucidando o impacto de tal origem à categoria da qual temos tratado quando propõe que:

Percebamos então que a etimologia latina da palavra ‘infância’ reúne as crianças aos não habilitados, aos incapazes, aos deficientes, ou seja, a toda uma série de categorias que encaixadas na perspectiva do que elas ‘não têm’ são excluídas da ordem social. De maneira que a infância está marcada desde a sua etimologia por uma falta não menor, uma falta que não pode faltar, uma ausência julgada inadmissível, a partir da qual uma linguagem, um direito e uma política dominantes consagram uma exclusão. (p. 41)

Não diferentemente dos percursos sociológicos e filosóficos, quando nos voltamos à Antropologia nos deparamos com o mesmo viés de abordagem. A partir de artigo de Gomes (2008) temos contato com a pontuação de Brandão<sup>6</sup> de que:

Em toda a bibliografia clássica da Antropologia, a criança é um ser ausente da cultura, aparece nela esporadicamente, ou então, quando surge de modo significativo, é através da análise de situações rituais onde o processo cultural do rito importa muito mais do que o seu efeito psicológico sobre o sujeito. (p. 83)

---

<sup>5</sup> Luis Angel & Claudia Márcico têm parte de seu escrito *Oculto nas palavras*, do Dicionário etimológico de termos usuais na práxis docente, citado no texto de Kohan.

<sup>6</sup> Carlos R. Brandão tem parte de seu texto “A criança que cria: conhecer o seu mundo”, citado por Gomes.

É mais uma vez a perspectiva da invisibilidade, o entendimento da não potencialidade que se revela no olhar para a criança.

As contribuições da Psicologia vão ainda atingir mais assertivamente essas questões e argumentações ora desveladas. Propondo uma análise das primeiras observações sistemáticas do desenvolvimento infantil, Vasconcelos (2008) nos aponta a origem da observação científica sobre a infância destacando sua essência biológica e evolucionista, fortemente alicerçada nos estudos darwinianos:

Tais estudos, baseados nas teorias biológicas e evolucionistas, acabaram por dar origem às análises do que era considerado o desenvolvimento “normal” de crianças. Nessa perspectiva, o desenvolvimento seria resultante de processos maturacionais de características da espécie humana, visando a adaptação ao meio ambiente... A pouca ênfase à infância e às crianças nos estudos científicos existentes até o final do século XIX foi seguida pela concepção do desenvolvimento que enfatiza a maturação orgânica. (p. 63)

## **DA HETERONOMIA DA INFÂNCIA NO DISCURSO E NO ESPAÇO**

Neste ponto pensamos ser importante fazer uma espécie de parêntese no qual a contribuição de Bakhtin (2006) surge como condutora teórica importante:

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. (p. 373-4)

É impossível não aliar esse entendimento ao fato de que praticamente tudo o que se tem dito de criança e, assim, de infância, até hoje, foi pensado, estudado, pesquisado e registrado por adultos. Se independentemente de qualquer outra coisa entendemos que é o outro que começa a nos dar forma, no que compartilhamos da perspectiva de Bakhtin, como ignorar que o que se formulou sobre esse período de tempo da vida humana, então, se fez preponderantemente a partir da perspectiva do adulto?

Mas, seguindo essa lógica também não há como fugir da recíproca. E essa, claro, não é uma conclusão apenas nossa. Nascimento (2009) observa:

É interessante notar que, reciprocamente, à medida que se constrói uma imagem da infância, constrói-se uma imagem correspondente do adulto, como sustenta o sociólogo inglês Chris Jenks no texto

“Constituindo a criança”. Neste artigo, ele afirma que “a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção de adulto, embora seja impossível criar uma noção precisa da adultez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança”. (p. 46)

Deste modo, entendemos aqui que é impossível pensar num grupo sem de algum modo sermos remetidos ao outro. Para além desta breve constatação é válido ressaltar que, entendendo assim, assumimos que tratamos de adultos e de crianças. O exercício aqui, contudo, é de romper com o movimento que tem sido mais recorrente, o “adultocentrismo”, e relacionar ambos os grupos numa perspectiva de reciprocidade, buscando abrir mão das constituições hierárquicas.

Assumindo-se também um viés espacial deste debate, coloca-se a perspectiva lefebvriana de que o conhecimento humano é forjado a partir das práticas sociais que se relacionam tanto com os espaços de representação como com as representações do espaço. Percebe-se que também neste campo a infância é colocada de maneira secundária e inferior.

O silêncio dos espaços pensados por um viés da infância só é negado pela produção autoritária de lugares onde a criança deve permanecer. Não há uma perspectiva relacional, por exemplo, entre as diferenças etárias dos usuários da cidade e seus espaços de convivência. A produção do espaço segue, notadamente nas sociedades capitalistas, sejam elas periféricas ou centrais, uma lógica da predominância adulta, masculina, branca e cristã, ou, como diz Caetano Veloso, é “o macho adulto branco sempre no comando”.

A cidade não é produzida de modo a favorecer a troca entre os adultos, idosos ou crianças; segue a lógica funcionalista da separação, restando aos “homúnculos”, quando muito, apenas lugares de exceção como “parquinhos”, “cantinhos” e outras configurações mais que se encontram invariavelmente no diminutivo, reforçando a relação de inferioridade a partir da proximidade cordial. As escolas e creches, por outro lado, são pensadas como depositórios dos filhotes que atrapalham o ritmo acelerado da reprodução social, mas isto, por si só, remete a toda uma outra discussão. Por ora, vale destacar que o espaço urbano não cria condições de autonomia da criança e reforça a separação inferiorizante do discurso criador da infância acima exposto<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A experiência de professor de projeto na FAU-UFRJ de um dos autores reforça este pensamento. É comum entre os projetos de praça dos alunos a realização de um desenho automático onde há lugar para as crianças em um cantinho, geralmente um parquinho, e para os velhos em outro, geralmente com mesas de jogos e bancos. Sempre se fazia o questionamento da impossibilidade de um avô, avó, ou mesmo pai e mãe visitarem esta praça

## **SOBRE CRIANÇAS EM RELAÇÃO AO ADULTO E SOBRE O ADULTO EM RELAÇÃO A CRIANÇAS**

Até aqui seguimos explicitando parte do que se tem de produção científica acerca da percepção da infância, do papel da criança. Como se viu, trata-se de abordagens bastante discriminatórias<sup>8</sup>, que têm colocado a criança numa relação subalternizada, gerando sua invisibilidade social.

Ainda dominantes, tais ideias precisam ser repensadas. Ocorre que já se começou a perceber tal questão e já existe certa mobilização por parte de pesquisadores no sentido de rever essas noções. Deste modo, visitemos um tanto do que já se diz sobre as relações com crianças e infância em busca das revisões necessárias!

“*Colombo descobriu a América, mas não os americanos.*” (TODOROV, 2003, p. 69) Para que comecemos a pensar sobre as transformações que nos parecem importantes de acontecer, temos que trazer à tona um conceito que vem acompanhando subliminarmente este escrito: a alteridade. E, para além da contribuição *bakhtiniana*, a contribuição de Todorov (2003), que não trata diretamente<sup>9</sup> da infância, mas da perspectiva do outro de maneira geral, parece valiosa.

Neste livro, o autor analisa a conquista da América ressaltando sempre a relação travada – a partir da análise de registros históricos existentes – entre conquistadores e conquistados. E é logo ao final do primeiro capítulo que afere a descoberta das terras, mas não da gente que lá vivia. Chega a tal conclusão apontando a subalternização dos conquistados, a sua invisibilidade enquanto sujeitos, nas suas práticas e cultura em geral, em função do olhar exclusivo da perspectiva do conquistador. Os indígenas, assim como as crianças, ou eram iguais aos conquistadores, mas em um estágio inferior de desenvolvimento, ou eram diferentes, mas em uma perspectiva negativa, de negação do outro; obviamente esta última perspectiva permitiria aos cristãos conquistadores a escravização daqueles.

E é exatamente aí que uma questão aparece forte: até que ponto, como Colombo, descobrimos a infância, mas não as crianças? Pensamos que a analogia nos serve para

---

e permanecerem junto das crianças, pois os espaços eram sempre pensados separadamente, no sentido amplo deste termo. Parece-nos este um reflexo forte da visão a respeito da infância.

<sup>8</sup> De fato, trata-se de abordagens classificatórias. É a partir da perspectiva que assumimos, ou seja, de nosso ponto de vista, que tais abordagens se tornam discriminatórias.

<sup>9</sup> O autor não se propõe a falar diretamente da infância, mas podemos conferir tal interface no seu discurso quando cita o colonizador: “Em prudência como em habilidade, e em virtude como em humanidade, esses bárbaros são tão inferiores aos espanhóis quanto as crianças aos adultos e as mulheres aos homens [...]” (TODOROV, 2003, p. 221)

refletirmos um tanto, à luz do que se elucidou até aqui, sobre a forma como se tem abordado essa categoria.

Achamos que sabemos o que é a infância e agimos de modo a desenvolver estratégias (métodos e afins, inclusive) que visam suprir os seres que pertencem a este grupo daquilo que lhes falta.

Como indicado anteriormente, os documentos produzidos pelo adulto constituem a principal (ou quase exclusiva) fonte para a escrita da história da infância. Tanto nos textos voltados para a construção de um imaginário sobre a infância, quanto nos documentos para normatização das práticas de cuidado da criança, o adulto projeta uma determinada representação sobre a identidade infantil, sua particularidade, que definiria as estratégias de formação e intervenção. (GOUVÊA, 2008, p. 106)

Subalternizando a infância ao mundo adulto, faz-se tal qual Colombo e tantos outros conquistadores à população indígena local no tempo da conquista: ignora-se o outro em tudo o que tem de seu, subjugando-o àquilo que somos/temos/sabemos. Age-se, em suma, como “meros” colonizadores.

E na ‘empreitada da colonização infantil’, buscou-se uma universalização do conceito, descaracterizando-se as possibilidades e particularidades de exercício de ser criança.

O “tempo-lugar” da infância, constituído de forma hegemônica nas práticas sociais do mundo moderno ocidental, enfatiza a linearidade e a cronologia. Contudo, essa visão, embora dominante, não é fixa, absoluta nem imutável, devendo ser aberta à criação de novas manifestações de acordos intersubjetivos e compreensões inovadoras. (JOBIM E SOUZA e PEREIRA, 1998, p. 33)

Essa talvez seja a revisão que deve preceder as demais necessárias: é preciso que, “alteritariamente”, reconheçamos a criança como sujeito de sua história.

## **DO RECUO SOCIAL PERANTE AS CRIANÇAS: A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

As práticas sociais contemporâneas brasileiras, no entanto, caminham na direção de colocar o sujeito criança na história cada vez mais como um sujeito oprimido<sup>10</sup>. E a

---

<sup>10</sup> Não se quer aqui seguir a postura hegemônica diminuindo a possibilidade do papel da criança, negando-se a admiti-la, por exemplo, como “opressora de adultos” na condução das relações familiares contemporâneas. Acredita-se, porém, que tal condição se dê efetivamente devido à forma como esta sociedade se organiza de modo a negar o encontro com o outro,

opressão social se conforma a partir da negação do convívio político e da afirmação hegemônica do convívio familiar como substituição da esfera pública. Esta relação entre o público e o privado, no caso brasileiro, é bastante complexa e contraditória e possui suas raízes históricas bem explicitadas em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1999). É necessário se realizar aqui um outro parêntese para que se compreenda a maneira como ela se reflete na produção do espaço brasileiro e as suas conseqüências para o universo infantil contemporâneo.

Retomamos Lefebvre (2000) que, ao construir uma diferenciação conceitual entre a apropriação e a dominação do espaço, institui uma diferenciação que, por sua negação, ou adaptação, esclarece a situação referente à sociedade brasileira. Para aquele autor, no limite, o espaço apropriado, ligado a permanências e à identidade, seria aquele da família (o interior de uma casa) e o espaço dominado seria o espaço público, comunitário (a rua). Continuando sua análise, Lefebvre expõe que a dominação espacial se superpôs à apropriação a partir, por exemplo, da ação do Estado quando este controla o espaço público. Sua análise segue no sentido de trabalhar esta dicotomia entre o espaço apropriado e o espaço dominado no sentido de se produzir um espaço diferencial, que se entende aqui como um espaço de autonomia, num sentido amplo e humano da palavra. Lefebvre reforça em sua obra que a retomada da apropriação espacial é fator fundamental para uma transformação social, seguindo uma linha de pensamento onde esta retomada significaria um enfraquecimento do poder de dominação do Estado. O que não significa sugerir que o espaço da família deva equivaler ao dominante, muito pelo contrário, acredita ser a nova apropriação uma superação tanto da dominação realizada pelo Estado quanto uma renovação de um domínio familiar, em favor, como já fora dito, de um espaço de autonomia.

No entanto, por aqui as coisas se deram de forma diversa à realidade francesa, ou capitalista ocidental, lefebvriana, e as diferenças residem de forma proeminente na relação entre Estado e Família, por exemplo. O traço fundamental de nossa sociedade é, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1999), a cordialidade; esta, por sua vez, dispensa um tratamento da coisa pública como privada ao tomar o Estado como extensão da Família. Tal constatação nos leva obrigatoriamente a uma reinterpretação da relação

---

impossibilitando uma convivência onde a autonomia substituiria a necessária submissão de uma categoria social à outra em dados momentos da existência. De toda maneira, esta relação da criança opressora não parece ser encontrada em uma esfera de convívio social mais amplo onde a “infância” subjuga o “mundo adulto”.

entre o que vem a ser apropriação e dominação, termos que vão se mesclar e se confundir cordialmente.

Ao se afirmar que o Estado, e conseqüentemente a coisa pública, são tratados no Brasil como uma extensão familiar, privatizante portanto, pode-se pensar num espaço de dominação apropriada. O espaço público, assim, pode ser interpretado, no Brasil, como aquele onde o Estado autoriza, quando não impõe, a sua privatização, ou mesmo a sua privação. O caráter de apropriação exerce um peso nestas relações espaciais que acabam por pressionar as dinâmicas explicitadas por Lefebvre numa direção inversa à autonomia, ou à convivência relacional das dinâmicas espaciais.

Ora, este espaço público deveria ser o espaço do cidadão, gerido por uma relação fundada na entidade da nação, porém, como o brasileiro, via de regra, não percebe e nem constrói esta relação de forma clássica, ele relega o que é nacional ao Estado do qual, supostamente, não faz parte. O Estado é visto como outro, mas um outro superior, ou como já se disse, como uma família à parte da qual não se pertence e, muito menos, na qual se interfere.

Note-se que este espaço, chamado por um dos autores deste artigo em trabalho anterior de 'espaço cordial', ganha ares de negação do urbano, isto é, ao invés do exercício do conflito, o que se realiza é sua negação através da indiferença ou da intolerância, que são reflexos da não identificação do público com seu espaço.

E a situação da infância entra nesta relação de forma desproporcionalmente inferior, já que tanto em sua Família original, quanto na Família-Estado, ela aparece sem a mínima possibilidade de se constituir como sujeito, sendo objetificada ao extremo e refletindo, também, a própria objetificação do sujeito adulto numa sociedade sem cidadãos.

Esta condição de submissão ao espaço de dominação apropriada tem se concretizado nas práticas sociais de negação de acesso à rua pelas crianças. Cada vez mais o espaço público por excelência que foi a rua se vê esvaziado da convivência humana. Primeiramente, pode-se atribuir esta condição à crença do urbanismo moderno na separação funcional dos espaços onde a rua passaria a servir à circulação, notadamente de automóveis, e os pedestres teriam os seus reservados nas imediações de seus edifícios em áreas verdes e de lazer também separadas funcionalmente. Para os não urbanistas, basta imaginar lugares como a Barra da Tijuca ou Brasília, para citar apenas 'espaços-tipo'.

Esta concretude da produção espacial certamente incentivou a um afastamento da rua por parte dos habitantes da cidade, mas na medida em que os espaços produzidos sob outras lógicas que não as modernas ainda persistem, é louvável supor que há outras causas para este afastamento que não apenas os modelos urbanos.

Não é tarefa deste artigo descobrir todas as causas deste fenômeno, o que seria um esforço demasiado inútil, mas é proposta construir questionamentos a respeito destas e considera-se que a forma como o adulto (se) vê (n)a criança é fator importante desta conformação social.

Uma das evidências desta conjectura é a “moda” jurídica que se dissemina em diversos municípios do Brasil de proibir a circulação de crianças e adolescentes, os “menores”, nas ruas em horários noturnos desacompanhados de seus pais: o “toque de recolher”. Não se quer debruçar sobre o fato da simplicidade da solução adotada, ou seja, na medida em que uma cidade percebe serem seus espaços públicos inadequados para a circulação de crianças em certos horários proibem-nas de o fazer ao invés de tratarem do problema de adequação necessária daqueles espaços. Não se quer aqui também tratar da forma pela qual é divulgada a decisão de toque de recolher, por exemplo, de um juiz da Vara da Infância e da Juventude da cidade de Ilha Solteira, interior paulista, pela imprensa, destacando uma invocação religiosa daquele servidor estatal<sup>11</sup>: “O livro de ‘Eclesiastes’, da Bíblia, inspirou a decisão judicial. ‘Um cavalo indômito torna-se intratável. A criança entregue a si mesma torna-se temerária, afirmou [o juiz]’ ”<sup>12</sup>.

Cabe a este texto, no entanto, pelo menos duas análises que parecem mais diretamente relacionadas ao escopo teórico acima apresentado. A primeira delas diz respeito à forma através da qual é construído o argumento de justificativa destas tomadas de decisão, inferiorizando a criança da maneira mais brutal: a criminalização da infância.

Ao contrário do que se afirmou acima, de que seria a inadequação dos espaços públicos para as crianças que suscitariam as decisões dos “toques de recolher”, o que mais se destaca nas divulgações pela imprensa é o oposto. Seria a inadequação das crianças o que mais incentivaria estas decisões. Mesmo quando se justifica que tais

---

<sup>11</sup> Daniel Bensaid, pensador francês, em uma palestra afirmou que onde há ausência de política, a religião toma conta. Conferir também seu livro, Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente, onde esta constatação é analisada mais profundamente.

<sup>12</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0..MUL1099100-5605.00.html>>

decisões são feitas para proteger a infância, é o outro lado o que mais se sobressai<sup>13</sup>. Além do mais, esta proteção imposta à infância diz muito mais respeito ao autoritarismo do adulto que às boas intenções, como se verá mais adiante.

A segunda diz respeito à ilusão, perigosa, de que o Estado-Família, ao obrigar as crianças ao convívio familiar (não estatal) estaria auxiliando na formação de cidadãos preparados para um convívio social mais “adequado”. Esta ideia ou enfraquece a necessidade da convivência com o outro ou considera que o outro familiar é equivalente ao público; remete à visão da cidade como uma grande casa, que é coerente com a versão cordial de nossa formação política e social. No entanto, como nos lembra Marcelo Lopes de Souza (2004), ao tratar de experiências urbanas contemporâneas:

A imagem da casa bem ordenada tornou-se igualmente célebre: segundo esse argumento, a mesma lógica que preside a distinção e separação dos diferentes cômodos de uma casa de acordo com os seus usos [...] deveria governar a organização do espaço da cidade, ou seja, da “grande casa”. Aquilo que parece simples aplicação de bom senso (afinal, quem defenderia que as necessidades fisiológicas fossem feitas na sala de estar, ou que as refeições fossem feitas no banheiro?) assenta-se, na realidade, sobre uma *falácia lógica*, uma vez que se recorria a algo perfeitamente razoável em uma dada escala (a da habitação individual) para justificar intervenções em uma outra escala (a da cidade como um todo), como se entre as realidades correspondentes a essas duas escalas distintas não existisse qualquer diferença qualitativa, sendo a maior uma simples extensão da menor, por efeito de agregação ou de ampliação. (p.254-5)

Tais atitudes acabam por reforçar a contraditória relação de dominação apropriada acima referida e diminuem o potencial de sociabilidade do espaço público, possibilitando o desenvolvimento de uma realidade de convívio social pautado na reprodução da intolerância.

## **CONCLUSÃO: LUGAR DE CRIANÇA É NA RUA**

Diante destas evidências de recuo autoritário social, é preciso que se responda, ainda que teoricamente, qual significado teria para a constituição social pública a condição da criança como sujeito social. Esta resposta visa a esclarecer, a partir de um

---

<sup>13</sup> Cf. as seguintes notícias disponíveis na internet, como exemplos desta constatação: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1196435-5598,00.html>, <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/22/materia.2009-04-22.4438118078/view>, <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1099100-5605,00.html>. Por fim, um exemplo de resposta do próprio judiciário a estas decisões: a suspensão do toque de recolher em Patos de Minas, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1300738-5598,00.html>.

viés relacional, o “tiro no pé” que os próprios adultos se dão ao agir desta forma, na medida em que se deseje que os adultos, também, possam e devam agir como sujeitos sociais autônomos:

Para efeitos dessa análise, assumi a definição de Charlot (2000, p.33 e 51), para quem o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido[...]Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo é produzido[...]Nessa perspectiva, o ser humano não é um dado, mas uma construção. (DAYRELL, 2003)

Assim, as infâncias também são muitas, podem ser tantas quantas são as crianças e as realidades que no mundo existem. Isso implica concebermos a sócio-historicidade do sujeito-criança, que está, na infância, desde sempre, aliás, imerso num tempo-espaço contextualizado. Portanto, a resposta que se imagina possuidora de potencial transformador de cunho mais libertário, seria aquela na qual as decisões sociais referentes à produção e reprodução do tempo-espaço sejam contextualizadas também a partir do universo da infância. Os estudos sociológicos trazem também uma contribuição interessante dessa possibilidade de mudança de ponto de vista em relação à categoria infância, como observa Nascimento (2009):

[...] foram construídas outras concepções, pautadas por um novo paradigma: a infância deixa de ser vista como um “tempo de passagem” para constituir-se como uma categoria na estrutura social [...] a perspectiva estrutural da infância, desenvolvida por Qvortrup, fundamenta-se em três asserções principais: 1. a infância não é exatamente uma fase da vida, mas uma categoria na estrutura social, que manifesta variações históricas e interculturais; 2. alterações na sociedade afetam as crianças tanto quanto os adultos; 3. as crianças contribuem ativamente na sociedade, embora a natureza de sua contribuição seja diferente em distintas culturas. (p. 48-9)

Neste percurso, urge que percebamos a criança como agente de seu tempo, como pessoa de determinado contexto; que busquemos conhecê-la interessados de fato no que ela tem a partilhar, no que ela tem a nos acrescentar, entendendo que sua participação ativa certamente desvelará aspectos específicos, diferenciados e, por isso mesmo,

únicos. Isso implica que falemos menos **delas, sobre elas ou para elas**, e mais **com** elas.

Ouvir as experiências [de infância], falar sobre elas e interpretá-las com a ajuda daqueles que dela hoje participam – as crianças – é uma forma de ressignificar as hierarquias institucionalizadas dos papéis sociais estabelecidos culturalmente. Além disso, é deixar emergir a diferença no seu caráter extensivo de alteridade e abertura para novas possibilidades de acordos intersubjetivos. (JOBIM E SOUZA e PEREIRA, 1998, p. 40)

Acreditamos de fato que é a partir do momento que percebemos as crianças como atores sociais ativos, que lidamos com elas com ouvidos atentos para que suas falas ressoem e ecoem, que damos o principal passo em direção a uma significativa revisão do que se tem encaminhado em relação à infância.

[...] é a constatação de que vivemos numa sociedade marcadamente adultocêntrica, portanto construída e pensada por e para os adultos. Trazer a criança ao palco do diálogo e buscar estabelecer com ela uma parceria implica, de antemão, transgredir com o estabelecido e buscar meios de minimizar – já que é ingênuo achar que conseguimos suplantar – as relações desiguais de poder adulto-criança. (LEITE, 2008, p. 122)

Parece-nos que é primordial, caso se discorde do rumo atual das práticas sociais hegemônicas, rever os conceitos que embasam nossa percepção da garotada, sem dúvida! Mas, para que isso aconteça, parece que é tempo de reelaborarmos o exercício do ser adulto em relação à infância. O que definitivamente marcará a diferença, a transformação neste percurso de relação, é a revisão da experiência do adulto **junto** da criança.

Esta postura, que de forma alguma quer que seja percebida como de fácil execução e tampouco como impossível, permite que o adulto se enxergue através da criança e, concomitantemente, que a criança também se enxergue através do adulto. Estas relações dialéticas e contraditórias seriam possibilitadoras de experimentações novas de sociabilidade que, progressivamente, levariam à transformação da percepção da criança por um viés inferiorizado e oprimível para tornar, inclusive o adulto, um sujeito incompleto e que necessita da mediação e do convívio com a diferença.

Arrisca-se dizer, assim, que umas das formas de se realizar tal mudança é alterando a maneira de se perceber, conceber e vivenciar o espaço, abandonando a idéia de que a criança corre, ou oferece, perigo nas ruas para trabalhar a prática de que estas devem ser o lugar de permanência, por excelência, não apenas das crianças-adultos, mas

também dos adultos-crianças, pois a transformação do espaço não se dá de forma independente da de seus usuários e vice-versa.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 468p.

BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008, 100p.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Uma teoria da Infância na contemporaneidade. In: CASTRO, Lúcia Rabello de(org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. s.l.: Nau Editora, s.d., p.22-53.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. s.l.: 2003, mimeo.

FILHO, Durval Mazzei Nogueira. Há uma nova infância? In: *Revista Educação*. São Paulo: Editora Segmento, v.2 – Educação e Psicologia, 2009, p. 06-17.

GOMES, Ana Maria Ribeiro. Outras crianças, outras infâncias? In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 82-96,

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 97-118.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 220p.

KOHAN, Walter Omar. Infância e Filosofia. In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 40-61.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000, 485p.

LEITE, Maria Isabel. Espaços de narrativa: onde o eu e o outro marcam encontro. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (org). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 118-140.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. A criança visível. In: *Revista Educação*. São Paulo: Editora Segmento, v.2 – Educação e Psicologia, 2009, p. 44-53.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes e SOUZA, Solange Jobim e. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sônia e LEITE, Maria Isabel (org). *Infância e produção cultural*. Campinas: Papirus, 1998, p. 25-42.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 17-39.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 556p.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 387p.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. Infância e Psicologia: marcos teóricos da compreensão do desenvolvimento da criança pequena. In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 62-81.